



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**O Papel do Coordenador Pedagógico no Contexto da Gestão
Democrática**

EVA BEATRIZ DA SILVA FERREIRA

**BELO HORIZONTE
2015**

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**O Papel do Coordenador Pedagógico no Contexto da Gestão
Democrática**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Laisa Kelly Vilanova do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

EVA BEATRIZ DA SILVA FERREIRA

**O Papel do Coordenador Pedagógico no Contexto da Gestão
Democrática**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores.

Prof. Nome completo do professor– Avaliador

Profª; Laisa Kelly Vilanova – Orientadora

Eva Beatriz da Silva - Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os responsáveis por esta conquista e nominalmente a algumas pessoas que foram fundamentais para que eu realizasse meu sonho de fazer uma especialização pela UFMG.

A minha Prof^a. Laisa Kelly Vilanova e a Prof^a; Wanderléa Mendes Guedes pelos encaminhamentos e pelo desafio de me orientar e que tão brilhantemente conduziu-me rumo à finalização do curso e à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Aos meus colegas de curso pela parceria nas angústias e reflexões.

Aos meus colegas de trabalho pela ampliação no horizonte de conhecimento, dando-me sustentação ao desenrolar dos estudos.

Aos meus pais: Manoel e Terezinha que me educaram para conquistar e lutar pelos meus sonhos para que eu trilhasse meu caminho de conquistas de maneira digna e honesta.

Ao meu marido Luiz, por compreender e dividir nossas horas de lazer e descanso com minhas pesquisas e leituras.

Aos meus irmãos: Mônica, Luzia e José; meus sobrinhos: Poliana, Damiane, Nicolý, Yara, Beatriz, Emanuele, Danilo e Deivid - porque família é tudo.

Aos queridos e lindos filhos Cinthia e Luiz Paulo por entender pelas ausências nos passeios para que eu concluísse pensamentos e capítulos e pela torcida do meu sucesso.

EPIGRAFE

"Crescer como Profissional significa ir localizando- se no tempo e nas circunstâncias em que vivemos, para chegarmos a ser um ser verdadeiramente capaz de criar e transformar a realidade em conjunto com os nossos semelhantes para o alcance de nosso objetivos como profissionais da Educação"

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho enfoca a temática do Papel do Coordenador Pedagógico no Contexto da Gestão Democrática. Atualmente vem sendo buscada, mas não é algo que se encontra pronto, devendo assim ser construída no decorrer do processo escolar, sendo necessária uma gestão democrática e participativa, pois o mundo globalizado e capitalista cobra das Instituições de Ensino uma adaptação ao novo modelo de gestão onde produtividade, eficácia, eficiência, cooperação e participação social são metas que norteiam a gerência escolar. Assim o coordenador pedagógico desempenha papel essencial no procedimento da gestão democrática escolar, sendo necessário construir o novo perfil profissional do coordenador pedagógico, delimitando seu espaço de atuação e reforçando sua identidade. Para que isto seja possível, é necessário requerer do coordenador uma boa formação, uma liderança eficiente e um trabalho coletivo que busque - conforme o projeto político pedagógico da Escola Municipal Paulo Freire prevê - a autonomia, liberdade, participação na construção do projeto político pedagógico, espaços de reflexão contínuos sobre a prática pedagógica, desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos propostos. Por fim, é fundamental que o trabalho pedagógico e de toda a equipe escolar possa ser avaliado, de modo a possibilitar uma reorganização e/ou reconstrução de seu Projeto Político Pedagógico, Regimento escolar, projetos, planejamentos e planos etc., propiciando assim a consolidação da gestão democrática

Palavras-chave: gestão democrática, coordenador pedagógico, projeto político-pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DA	
GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	10
1.1- A Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO - Projeto Político Pedagógico	19

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que facilita e organiza as atividades da escola ao longo do ano. Além de ser mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos, prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária da escola.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, p.31)

Como descrito no Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Professor Paulo Freire, situada na cidade de Coronel Fabriciano – MG, foi criada em 1º de julho de 2008 pelo Conselho Municipal de Educação da cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, através da Lei Municipal nº 3407 de 2008.

A Escola funciona em 03 (três) turnos, oferecendo Educação Infantil - creche e pré-escola, Ensino Fundamental (anos iniciais) e Educação de Jovens e adultos – EJA, atendendo a trezentos e quarenta e oito alunos, distribuídos em dezessete turmas, sendo: três turmas para crianças de até 3 anos; cinco turmas para crianças de 4 anos; quatro turmas para crianças de 5 anos; quatro turmas para o Ensino Fundamental e uma turma de Educação de Jovens e Adultos, com vinte e dois alunos.

No ano de 2014 foi implantada na Escola, a Educação Integral em Tempo Integral para os noventa e cinco alunos das quatro turmas de 1º primeiro ano do Ensino Fundamental, que oferece oficinas de dança, esporte, lazer e taekwondo.

O Projeto Político-Pedagógico da escola está em constante transformação, sendo parte da realidade escolar e foi elaborado com a participação coletiva da comunidade escolar local e demais segmentos, representantes de pais e conselhos, pautados numa gestão democrática e participativa. Sua importância se justifica no desejo de melhorar cada vez mais a realidade existente, através de mudanças

significativas que levem os educandos a se apropriarem do saber como direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo e espaço.

O grande desafio na elaboração da proposta pedagógica é garantir a participação efetiva de todos os envolvidos numa decisão tão importante que acontece na escola, devendo o coordenador fazer mediações, estabelecer parcerias, orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos professores e o desempenho dos alunos nos planos afetivo, psicológico, social e intelectual. Simultaneamente, deve construir seu perfil profissional delimitando seu espaço de atuação e resgatando a autonomia sobre o seu trabalho, sem, sobretudo, se distanciar do trabalho coletivo da escola.

Segundo Hora (1994), a escola como um local que socializa o saber, a ciência, a técnica e as artes, deve estar comprometida politicamente e em condições de interpretar privações que são reveladas pela sociedade, de forma a direcionar essas carências em função de princípios educativos capazes de atender às demandas sociais. Atualmente, para que ocorra essa socialização, é necessária uma gestão democrática e participativa, pois o mundo globalizado e capitalista cobra das instituições de ensino uma adaptação ao novo modelo de gestão. Produtividade, eficácia, eficiência, cooperação e participação social são metas que norteiam a gerência escolar.

Este trabalho de conclusão de curso permitiu colocar em destaque os conhecimentos adquiridos durante os estudos do Curso de Especialização em Gestão Escolar 2014.

O tema a que se propõe este trabalho é o Papel do Coordenador Pedagógico no Contexto da Gestão Democrática, tendo em vista que, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da escola, um dos grandes desafios “é garantir a participação efetiva de todos os envolvidos nas decisões mais importantes” (CORONEL FABRICIANO, 2014, p.15). Nesse sentido é de extrema relevância o papel do Coordenador Pedagógico na Gestão Escolar, como um guia articulador nas relações entre diretor, professores, alunos, conselho escolar, pais e comunidade.

O Coordenador pedagógico, como parte da equipe gestora da escola, deve abrir espaços de reflexão contínuos sobre a prática pedagógica, acompanhando a construção e implementação do projeto político pedagógico, o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos nele propostos, prezando pelas decisões coletivas e pela qualificação do processo ensino-aprendizagem.

Este estudo poderá contribuir para o aprofundamento de análises e pesquisas críticas que possam enriquecer debates a respeito da postura do Coordenador Pedagógico na escola, de forma a gerar novos saberes e novas atitudes que contribuam na consolidação da gestão democrática através de uma efetiva participação da comunidade escolar, tanto nas soluções de problemas como na tomada de decisões que vão influenciar diretamente a escola.

Desta forma, este estudo tem como objetivo geral analisar o papel do coordenador pedagógico no contexto da Gestão Democrática e como objetivos específicos: confrontar o papel do coordenador com a teoria e a prática dessa função, além de enriquecer debates a respeito da postura do coordenador pedagógico dentro da gestão democrática.

Segundo Prandi; Freitas; Bonifácio (2010), analisar a função do coordenador pedagógico, enquanto um profissional que possibilita a democratização da escola é indispensável para que a gestão democrática se concretize. É preciso que os estudos na área sejam mais aprofundados, já que é a gestão democrática que dá voz aos envolvidos para que estes discutam soluções para questões vivenciadas no dia-a-dia escolar, devendo assim o coordenador pedagógico manter-se sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática, pois conforme Nóvoa (1992, p. 36) "a experiência não é nem formadora nem produtora. É a reflexão sobre a experiência que pode provocar a produção do saber e a formação."

Este estudo constituiu-se de uma breve revisão da literatura em torno da temática, através de uma pesquisa bibliográfica em artigos, livros e dissertações, projeto político pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire e documentos afins de autores do curso de Especialização e Gestão Escolar da Escola de Gestores da

Educação Básica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o que resultará no texto final a que se propõe.

1. O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A inserção da gestão democrática no Brasil está ligada aos movimentos de redemocratização do país, os quais reprovavam o alto grau de centralidade administrativa, a severa hierarquia, falta de autonomia e a exclusão dos subordinados dos processos de decisão. Ela vem se opor ao tecnicismo organizado e à divisão gerencial de trabalho do sistema capitalista, tornando-se um trabalho aberto, coletivo e participativo em busca de uma transformação social, sendo incluída na Constituição Federal de 1988.

Os debates de educadores e de outros segmentos da sociedade resultaram na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394 de 1996. Percebe-se, assim que o pensamento da gestão escolar democrática é relativamente recente.

De acordo com o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96): “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica [...]” (BRASIL, 1996). Neste sentido, é importante definir gestão democrática. Segundo Mendonça (2000, p.96) a gestão democrática:

é um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos.

A gestão democrática na escola se faz presente quando ocorre a descentralização do domínio do diretor, gerando os conselhos escolares, eleição direta para dirigentes, a liberdade das escolas na elaboração do projeto político-pedagógico e a mudança na configuração da função tradicional de controle do coordenador

pedagógico, baseada na concepção de supervisão centrada somente na figura do supervisor. (ALMEIDA, 2000).

Muitas dificuldades enfrentadas no mundo atual em relação às atividades da coordenação pedagógica tiveram influência na origem profissional do Coordenador, que está ligada ao poder e domínio autoritário, existindo dessa forma, a necessidade do mesmo adotar uma postura diferente, conseguindo então a credibilidade de todos os envolvidos da escola enquanto um profissional que possibilita a democratização da escola.

A gestão democrática na escola está estritamente ligada à descentralização do poder, que pode ser feita incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões, onde os coordenadores pedagógicos juntamente com a equipe devem criar um clima de confiança entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, ajudando a desenvolver competências básicas necessárias à participação como exemplo, saber ouvir, saber comunicar suas ideias.

Pesquisas como a de Araújo (2007), Neri (2011) e Andrade (2012) mostram que é possível desenvolver uma gestão democrática através de ações que possibilitem a descentralização de poder e a participação efetiva de todos que fazem parte do processo educativo na práxis do coordenador pedagógico.

1.1 - A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96) prevê em seu artigo 12 que as instituições de ensino, desde que considerados os princípios comuns e o funcionamento do sistema de ensino, ficam encarregadas da construção e aplicação do seu Projeto Político Pedagógico, o qual deverá ter participação dos educadores de acordo com os artigos 13 e 14 da referida lei. Foi desta forma que a LDBEN trouxe mais destaque ao papel da escola e dos profissionais da educação na elaboração e execução da proposta pedagógica.

A Escola Municipal Paulo Freire “elaborou seu PPP com a participação coletiva da comunidade escolar local e representantes de pais e conselhos, pautados numa

gestão democrática e participativa”, (CORONEL FABRICIANO, 2014, p.15.). O coordenador pedagógico, juntamente com a equipe, é responsável pelo desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, assumindo a execução dessa proposta no cotidiano escolar.

Para a elaboração desse PPP, é necessário que o coordenador atente para o fato de que seu trabalho não pode se dar de forma isolada. É necessário fazer um acompanhamento pedagógico com todos os que fazem a escola, isto é, pesquisar as dificuldades e necessidades dos docentes, discentes e comunidade, com o objetivo de solucionar problemas e colocar em prática a proposta elaborada.

Segundo Andrade (2012) cabe ao coordenador pedagógico que preza pela gestão democrática, a função de mediar a resolução de conflitos e as ações para que o espaço escolar se torne em um espaço realmente educativo, não apenas no que diz respeito ao espaço físico, mas também no que se refere a comportamentos e ocorrências centradas numa nova prática democrática, respeitando a individualidade dos alunos, propondo alternativas e compreendendo que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os envolvidos.

Percebe-se que é papel essencial do coordenador no contexto da gestão democrática administrar uma diversidade de opiniões, adotando o diálogo como método, conforme Freire (1996, p.01.): “O diálogo é conceito-chave e prática essencial na escola”, possibilitando modificações na instituição escolar, motivando professores, funcionários e alunos, reconhecendo a importância dos profissionais que atuam na instituição e mostrando o rumo para que se concretize de fato a democracia na escola.

Tais comportamentos são previstos no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Paulo Freire, quando a mesma prevê a abertura de “espaço para o diálogo, para a participação e valorização dos profissionais através da competência, da vontade de realizar uma educação de qualidade em todos os sentidos”. (CORONEL FABRICIANO, 2014, p.25)

Conforme a Lei 3.937, de 23 de Agosto de 2014, de Coronel Fabriciano- MG são atribuições do Coordenador Pedagógico, entre outras, a de “coordenar,

acompanhar, assessorar, apoiar e avaliar as atividades pedagógicas curriculares e prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas. (Coronel Fabriciano, 2014, p. 32).

Para Freire (1982) o coordenador pedagógico é em primeiro lugar um educador e deve sempre observar as características pedagógicas em relação às aprendizagens no interior da escola, levando os professores a redefinir suas práticas, desenvolvendo sua autonomia, assim concretizando uma prática profissional que envolva toda a comunidade escolar.

Araújo (2007) constatou que os tempos estabelecidos para práticas educativas democráticas na escola são muitas vezes, consumidos por atividades urgentes que não colaboram para que o coletivo de professores, juntamente com a coordenação pedagógica, faça reflexões contínuas sobre a prática pedagógica e acompanhe o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos propostos.

Dar conta de papéis pré-determinados como “resolver problemas do cotidiano”, realizar tarefas específicas do trabalho, atendimento a alunos indisciplinados ou substituição de professores faltosos acaba por gerar uma sobrecarga de tarefas e de responsabilidades para o coordenador na atualidade.

Araújo (2007) ainda complementa que, do ponto de vista da gestão escolar, o novo perfil de coordenador pedagógico exigido nos tempos atuais trouxe contribuições em relação à rigidez da prática dos especialistas ao mostrar que hoje, esse perfil traz a convivência com alguns grandes desafios, tais como a de ser uma função coletiva, que integra o núcleo gestor em contraposição à função individual do especialista e sua intervenção na atuação de cada docente para além do apoio ao seu fazer cotidiano, que o coordenador, por estar mais próximo dos docentes, consegue fazer.

Na mesma perspectiva adotada nos estudos de Araújo (2007), Andrade (2012, p.18) afirma que:

O que vemos nas escolas são ideias que vem definindo o coordenador como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das "emergências" que lá ocorrem, isto é, como

uma máquina multifuncional pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Há momentos que o próprio coordenador encarna este papel, diante das cobranças e tarefas que lhe são impostas. Isso coloca em foco dificuldades que tem o coordenador pedagógico no desenvolvimento de seu trabalho e a definição do seu campo de atuação na unidade escolar. Assim, por não ter claro o seu papel ou mesmo tendo claro, mas abrindo mão dele por conta das demais tarefas que lhes são atribuídas no interior da escola, acompanha o ritmo ditado pelas metáforas e ideias presentes.

Percebe-se assim que as incumbências ideais do coordenador pedagógico, descritas anteriormente, seja por meio do regimento escolar ou mesmo da literatura acadêmica não se aproximam do que acontece na prática do dia-a-dia de trabalho do coordenador pedagógico e suas relações com a comunidade escolar, por não levarem em conta que os tempos estabelecidos para tais finalidades acabam sendo dilapidados por atividades organizacionais e/ou urgentes .

O que acontece na realidade são ausências de espaços e de tempo para discussão e reflexão coletiva do projeto educativo, criando no cotidiano das escolas, uma suposta autonomia experimentada pelos sujeitos escolares e pelos próprios coordenadores (ARAÚJO, 2007).

Segundo Faria (2010), o coordenador em primeiro lugar deve atuar compreendendo a realidade da escola na qual trabalha, analisando os problemas a serem solucionados no sentido de organizar planos de Intervenções coletivas. Assim, envolverá um acordo de todo o conjunto de elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, bem como as condições em que este se realiza, não deixando de lado as competências do cargo, mas sempre avaliando as suas possibilidades de apoio dentro do ambiente escolar.

Acredita-se que o trabalho desempenhado pelo coordenador pedagógico é fundamental para que gestão democrática se efetive. No entanto, o papel e o campo de atuação deste profissional parecem ainda não terem sido bem delimitados, o que pode criar certa dificuldade do mesmo de se contextualizar, distanciando-o de seu referencial atributivo, mesmo estando consciente da descentralização do poder e da aplicabilidade da gestão democrática e participativa. Neste sentido:

A função maior do coordenador pedagógico frente ao desafio da gestão democrática está colocada em dois pilares: A democratização da própria prática - tendo o diálogo como mola mestra- e a preparação da escola e sua equipe para que ocupem o espaço com compromisso, competência humana, teórica, técnica e política". (LIBÂNEO,2001, p.137).

Segundo Andrade (2012) o grande desafio do coordenador pedagógico em uma gestão democrática é democratizar sua própria práxis e ainda fazer com que a escola também seja democrática, que valorize a diversidade cultural onde está envolvido, considerando-se o poder aquisitivo, faixas etárias distintas, etnia, sexo, habilidades e competências individuais de seus atores.

No que tange ao trabalho do Coordenador pedagógico, para que ocorram as modificações necessárias aos tempos atuais é importante que o trabalho pedagógico e de toda a equipe escolar possa ser avaliado, de modo a possibilitar uma reorganização e/ou reconstrução de seus projetos, planejamentos e planos, propiciando assim a consolidação da gestão democrática.

Considerações Finais

Baseado na literatura que foi objeto de reflexão neste trabalho, bem como a partir das leituras e estudos realizados durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar e do projeto político pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire, pode-se concluir que a democracia na gestão escolar vem sendo buscada, mas não é algo que se encontra pronto, devendo assim ser construída no decorrer do processo escolar.

É possível notar por meio do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Paulo Freire que sua gestão vai de encontro com requisitos importantes para concretização da gestão democrática, como a criação do Conselho Escolar, a eleição direta dos dirigentes e a autonomia da escola na construção do PPP, que zela por uma gestão que compartilha ideias, trabalha coletivamente, ouve e delega,

sempre priorizando um ensino de qualidade com participação de todos envolvidos no processo.

Apesar do Projeto Político-Pedagógico revelar a postura dos profissionais da instituição como um todo, bem como a do coordenador pedagógico e prezar por um ambiente democrático, é preciso atentar-se para que a lista de atribuições previstas em documentos direcionados ao coordenador, somadas às atividades rotineiras – organizacionais de sua práxis não gere conflitos e sobrecargas que possam acabar por refletir em sua colaboração para a consolidação de uma gestão democrática.

Assim, é importante construir o novo perfil profissional do coordenador pedagógico, delimitando seu espaço de atuação e reforçando sua identidade. Para que isto seja possível, é necessário requerer do coordenador uma boa formação, uma liderança eficiente e um trabalho coletivo que busque - conforme o próprio PPP da Escola Municipal Paulo Freire prevê - a autonomia, liberdade, participação na construção do projeto político pedagógico, espaços de reflexão contínuos sobre a prática pedagógica, desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos propostos.

Para isso, é indispensável que haja discussão e uma reflexão crítica sobre a condição de trabalho atual do coordenador pedagógico, pois, se por um lado, a sua presença na escola acabou por contribuir para a inserção da gestão democrática na escola, por outro, ainda há grandes desafios ao integrar-se na equipe gestora da escola, mantendo suas funções de acompanhar, direcionar, intervir e ainda ser apoio nas inevitáveis emergências cotidianas.

Portanto, assegurar a gestão democrática na escola não é papel exclusivo do coordenador pedagógico, mas é com sua participação que acontecerá uma educação de qualidade e o sucesso desta forma de gestão. Contudo, esta reflexão não se esgota aqui, sendo necessários ainda outros estudos que possam aprofundar a discussão em torno desta temática.

Referências

ANDRADE, Paulo Marcos Ferreira. **O Coordenador Pedagógico Frente aos Desafios da Gestão Democrática**. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos> . Acesso em: 30 jan.2015.

ARAÚJO, Samara Carla Lopes Guerra de. **Ser Professor Coordenador Pedagógico: sobre o trabalho docente e sua autonomia**. Disponível em:http://www.gestrado.org/images/publicacoes/39/Dissertacao_SamaraAraujo.PDF. Acesso em: 06 jan. 2015. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Plano Nacional de Educação ou carta de intenção**. Disponível em:<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/> . Acesso em: 15/01/2015

CORONEL FABRICIANO - MG. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire**. Coronel Fabriciano-MG. 2014.

_____. **Regimento Escolar da Escola Municipal Professor Paulo Freire**. Coronel Fabriciano- MG, 2013.

_____. **LEI 3.959/2014**. Altera a Lei 3.937/2014, que dispõe sobre a reestruturação e gestão do Plano da Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. Coronel Fabriciano- MG, 23 de agosto de 2014. Disponível em: www.fabriciano.mg.gov.br. Acesso em: 15 jan.2015.

FARIA, Luciano Meneses. **Os desafios de estar coordenador pedagógico na atualidade**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos>. Acesso em: 28 jan. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação: Sonho possível**. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org). O Educador: Vida e Morte. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papyrus, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5ª. Ed. Goiânia, 2001.

NERI, Vladislau de Sousa. **O Coordenador Escolar e a Gestão Democrática**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos>. Acesso em 28 jan. 2015.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e formação docente**. In: Nóvoa, Antônio. (org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola**. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 15 jan.2015

PRANDI, Luis Roberto; FREITAS, Urânia Flores da Cruz; BONIFÁCIO, Alexandra. **Gestão Democrática: O Papel do Coordenador Pedagógico nos Cursos de Graduação**. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas v. 15, n. 2, p. 311-330, jul./dez. 2010.

ANEXO – Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE**

**ÂNGELA DE SOUSA COSTA
ELIZETE ALVES PEREIRA NOVAES
EVA BEATRIZ DA SILVA
JANEIDE GOMES FIGUEIREDO HENRIQUE
WÂNEA MARIA SIMÕES FARIA**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	07
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	08
3. CURRÍCULO.....	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
7. AVALIAÇÃO.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXOS.....	24

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que facilita e organiza as atividades da Escola ao longo do ano. Além de ser mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos, prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária Escola.

“[...] A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho Escolar, bem como o papel das Escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da Escola pública.” OLIVEIRA (2010)

Nesse sentido, a Escola Municipal Professor Paulo Freire elaborou seu PPP com a participação coletiva da comunidade Escolar local e representantes de pais e conselhos, pautados numa gestão democrática e participativa. Sua importância se justifica no desejo de melhorar cada vez mais a realidade existente, através de mudanças significativas que levem os educandos a se apropriarem do saber como direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo e espaço.

A Escola Municipal Professor Paulo Freire localizada na Rua Rondônia, 143, Bairro Aparecida do Norte foi criada em 01 de julho de 2008 pelo Conselho Municipal de Educação, da cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais através da Lei Municipal nº 3407 de 2008. A Escola recebeu este nome em homenagem ao Professor Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros de todos os tempos.

A Escola funciona em 03 (três) turnos oferecendo Educação Infantil, composta por 12 (doze) turmas, sendo 03 (três) de Maternal III, 05 (cinco) turmas de 1º Período e 04 (quatro) turmas de 2º Período e 04 (quatro) turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, além de uma turma multiseriada com 22 (vinte e dois) alunos de EJA, do Ensino Fundamental (anos iniciais), totalizando de 348 (trezentos e quarenta e oito) alunos.

No ano de 2014 foi implantado na Escola, a Educação Integral em Tempo Integral para os 95 (noventa e cinco) alunos das (04) quatro turmas de 1º primeiro ano do ensino fundamental, que oferece oficinas de dança, esporte e lazer e taekwondo.

A Escola Municipal Paulo Freire é mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, situada na Praça Louis Enschede, s/nº – Centro – Coronel Fabriciano – MG. Telefone: (31) 3846-6700, utilizando ainda recursos advindos de Programas do Governo Federal.

O espaço físico da Escola é composto por 01(uma) para a Direção, conjugada com professores, 01(uma) secretaria, 01 (uma) biblioteca conjugada com sala de coordenação e brinquedoteca e 08 (oito) salas de aula. Conta ainda com 01(uma) sala de informática, 01(uma) dispensa, 01 (um) almoxarifado, 01(um) refeitório, 02(dois) banheiros para funcionários, 02 (dois) banheiros feminino e 02 (dois) banheiros masculino para alunos, 01(uma) área livre descoberta e 01(uma) área coberta para movimento e educação física.

Atualmente, a Escola funciona em um espaço onde uma parte é um imóvel antigo com adaptações e a outra parte é um prédio. Os pátios cobertos e descobertos são pequenos não comportando os eventos de maior público da Escola. Os mobiliários são adequados. Os pátios cobertos e descobertos são pequenos não comportando os eventos de maior público da Escola.

O corpo docente é constituído de 01(uma) Diretora, 25 (vinte e cinco) professores e 02 (dois) Coordenadores, devidamente habilitados ou autorizados na forma da legislação vigente. A Escola conta também com 02 (duas) Secretárias, 01 (um) Auxiliar Técnica de Educação(ATE), 07 (sete) Auxiliares de Serviços da Educação(ASE) e 04 (quatro) monitores.

No início do ano de 2014 foi realizado um instrumental investigativo sobre a realidade da comunidade e da clientela a ser atendida. De acordo com a pesquisa realizada com os familiares dos educandos, foi constatado que a maioria dos alunos reside no bairro em que a Instituição está localizada. Estes alunos têm como

responsáveis os pais (cerca de 87%); outros têm somente a mãe como responsável principal (11%); os 2% restantes estão na responsabilidade de outros familiares (tios e avós). A média de Escolaridade dos responsáveis é o ensino médio completo (2º grau); o núcleo familiar é formado por até cinco pessoas (73%); Outro dado importante observado foi a denominação religiosa, mais de 92% das famílias dos alunos são cristãs e praticam uma religião; a maioria é evangélica representando 62%, enquanto os católicos representam 30%. No que diz respeito a moradia observou-se que 53% possui casa própria; 37% moram em casas alugadas e 10% em casas cedidas. Com relação a quantidade de cômodos, 79% das residências possuem de três a cinco cômodos; 21% possuem até dois cômodos.

As informações obtidas através do instrumental investigativo possibilitam uma melhor reflexão sobre como se dá a educação em casa, como são as relações estabelecidas e de que forma elas refletem na Escola. Observa-se que os educadores têm uma grande responsabilidade, pois, cabe a eles resgatar valores e condutas há muito esquecidas devido às mudanças ocorridas na sociedade e no núcleo familiar, consequência dos tempos atuais.

O PPP está fundamentado na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, no Conselho Nacional de Educação - CNE, no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Proposta Pedagógica do e Regimento Escolar do Município de Coronel Fabriciano, e no Regimento do estabelecimento de Ensino. O PPP contém ainda, os anseios da comunidade Escolar. O PPP foi construído por representantes de pais, professores, ASE, Secretários, ATA, pedagogos, membros da comunidade local e diretora da EMPF em reuniões realizadas extra turno. É um documento vivo necessário e possível, que está em constante transformação sendo parte da realidade Escolar.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Professor Paulo Freire tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, oferecendo um ensino de qualidade para todos, tendo a preocupação de reconhecer que a lógica que sustenta esses tempos ciclos deve estar centrada, basicamente nos educandos, que são, segundo o professor Miguel G. Arroyo, sujeitos de direitos e que “Todo tempo humano desde o nascimento é tempo de direitos à formação humana” (p.11, caderno 1- Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Coronel Fabriciano Educação Infantil).. Assim, cabe à Escola estimular e legitimar novas práticas que possam garantir que as crianças sejam sujeitos centrais de sua história e da comunidade.

As transformações sociais constantes, intensas e desafiadoras, típicas de uma sociedade globalizada e informatizada, demandam uma educação de qualidade que exige cada vez mais da Escola e dos educadores. Por acreditar no homem e em sua capacidade inovadora e criativa é que, o corpo docente e administrativo da E.M. Paulo Freire caminha em busca de alternativas que possam propiciar o crescimento do aluno, no sentido de levá-lo a ajustar-se nesta nova e dinâmica sociedade, se posicionando como cidadão crítico, cooperativo, participativo e autônomo.

A Escola assume como missão a garantia da equidade de tratamento e de oportunidades, para formar o aluno com competências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas necessárias para que ele viva e atue plenamente em sociedade.

A perspectiva, é que a Escola promova em seu cotidiano as interações sociais, para que, educandos e educadores utilizem-se do diálogo, da cooperação, da troca de experiências e informações, do confronto, dos pontos de vistas divergentes. Esta interação resultará no alcance de um objetivo comum, pois, implicará na divisão de tarefas e responsabilidades. Neste sentido, Souza (2010) afirma que, “É justamente neste momento que a força do coletivo deve se mostrar, não como imposição, mas como elo catalisador, com vistas a orientar um trabalho pedagógico consistente e orgânico ao Projeto Político Pedagógico da Escola.”

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Existem dois tipos básicos de estruturas organizacionais dentro da Escola: a administrativa e a pedagógica. A primeira assegura a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além dos elementos materiais como, a manutenção do edifício Escolar, os equipamentos e materiais didáticos, o mobiliário, a distribuição das dependências Escolares, bem como a organização dos espaços livres, a limpeza e o saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica). No caso das estruturas pedagógicas, são fundamentalmente as interações políticas, as questões referentes ao ensino e à aprendizagem e às questões referentes ao Currículo Escolar. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Sabendo que toda Escola necessita de uma estrutura de organização interna, que deve ser pautada no regimento Escolar e/ou na legislação do município, e que esta organização é necessária para o ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de toda a Escola, a Escola Municipal Professor Paulo Freire apresenta o seu tipo de estrutura organizacional dentro das orientações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Coronel Fabriciano-MG.

A Escola é composta por 44 funcionários, sendo 01 diretora, 02 coordenadoras (01 de Educação Infantil e 01 do Ensino Fundamental), 02 secretárias, 01 (ATE) Auxiliar Técnica de Educação, 25 professores, 07 (ASE) Auxiliares de Serviços da Educação, 04 monitores. Órgãos Colegiados: O Conselho Escolar e Conselho da Caixa Escolar (São compostos por representantes de todos os segmentos da comunidade Escolar).

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O quadro administrativo da Escola é composto pela diretora e pelas coordenadoras. Cabe à equipe gestora a função de garantir o cumprimento da carga horária de acordo com os quadros curriculares aprovados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura, carga horária esta composta de, no mínimo, 800

horas anuais, distribuída em 200 dias letivos, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

É da competência da equipe gestora garantir o acesso do aluno e zelar pela sua permanência na Escola, pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e pela qualidade do ensino; compete ainda acompanhar o processo de ensino aprendizagem dos alunos, a manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário. Deve também incentivar a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade Escolar, pais, professores, alunos e demais funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, e bem assim, a administração dos recursos. Ainda, agendar reuniões do Conselho Escolar e dar suporte para a melhor utilização dos recursos enviados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A prestação de contas, de qualquer verba que a Escola recebe é exposta em murais informativos e divulgada em reuniões pedagógicas, administrativas e do Conselho Escolar para que o processo de gestão financeira, assim como os demais, sejam claros e de fácil acesso.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Estrutura Organizacional Pedagógica tem a função de atuar junto ao grupo de educadores, nos momentos de coordenação pedagógica, buscando a aprendizagem dos alunos, adotando medidas que elevem os níveis de desempenho dos educandos visando garantir o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da unidade Escolar para que seja igual ou superior a projeção do MEC.

Favorecer ações para que se garanta o cumprimento da filosofia da Escola e que, esteja sempre caminhando de acordo com as ações previstas no PPP da Instituição bem com das políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura (SMEC).

Conduzir e implementar inovações pedagógicas, disponibilizando e elaborando juntamente com os educadores, materiais didáticos alternativos que os auxiliem em suas ações pedagógicas, além de orientar e subsidiar na utilização dos jogos e

materiais que já fazem parte do acervo. Promover o desenvolvimento da hora atividade de estudo que tem como objetivo complementar a formação continuada.

Nas coordenações as ações são planejadas para melhor aproveitar as habilidades dos alunos, de acordo com a necessidade/realidade da Escola, buscando despertar com isso, a motivação, a auto estima e uma maior participação da comunidade Escolar. O planejamento das ações realizadas e reuniões coletivas são preparadas e discutidas semanalmente. São também realizados estudos complementares aos cursos de formação continuada oferecidos pela SMEC, dando suporte na construção das tarefas solicitadas nos referidos cursos.

A gestão pedagógica e administrativa da Escola atuando na administração Escolar conta com a ajuda da comunidade Escolar e do Conselho Escolar, o que propicia a melhoria no processo ensino aprendizagem. As decisões, são conjuntas, seja na elaboração do PPP e/ou na aplicação de recursos enviados pelo FNDE para utilização com o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. Entretanto existe a necessidade de fortalecer cada vez mais a participação dos pais nos processos de tomada de decisão.

A organização dos educandos encontra-se da seguinte forma:

- Educação infantil: Maternal – crianças de 03 anos; 1º período – crianças de 04 anos e 2º período – crianças de 05 anos.
- Ensino Fundamental: Ciclo da Infância - 1º ano – crianças de 06 anos;
- EJA – Educação de Jovens e Adultos: jovens e adultos a partir de 15 anos em classe multisseriada do Ensino Fundamental, anos iniciais.
- Tempo Integral oferecido a 95 crianças do Ensino Fundamental.

A linha pedagógica, de acordo com as diretrizes da SMEC, caracteriza-se pela interação entre os membros da comunidade Escolar e pela construção do conhecimento e o respeito ao tempo de formação humana. Desta forma, os educadores desenvolverão sua prática valorizando a diversidade cultural e humana, buscando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. Com isso, acredita-se desenvolver as competências e habilidades necessárias, não somente nos estudantes, mas em toda a comunidade Escolar.

Neste sentido, o trabalho pedagógico transcorrerá abordando os temas transversais, os valores humanos e as várias formas de manifestação das inteligências humanas, em um clima propício à aprendizagem e desenvolvimento.

Nas coordenações pedagógicas gerais ou específicas há troca de experiências, planejamentos e avaliações das próprias práticas e de todos os fatores que possam influenciar no aprendizado. As capacitações necessárias são feitas nos momentos de estudos, nas dependências da Escola, ou através dos cursos oferecidos pela SMEC para as diversas áreas, objetivando proporcionar o aperfeiçoamento permanente e a abertura de novos caminhos.

Em sala de aula, os (as) professores (as) contando com o suporte da própria Escola e da SMEC de Coronel Fabriciano geram debates, promovem exposições, amostras, produção e reflexão sobre os saberes já adquiridos e os por adquirir, ou seja, o trabalho parte dos conhecimentos do estudante para que estes sirvam de base para os novos conhecimentos.

O ambiente Escolar é planejado e organizado para favorecer a aprendizagem. Os murais, tanto internos quanto externos, servem para propagar os eixos de discussão e expor as produções realizadas pelo (a) aluno (a).

A Escola dispõe de vários recursos didáticos essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, a saber: 02 aparelhos de DVD's, 02 televisores, 02 caixas de som amplificadas, 10 microssistens, 03 microfones, 04 impressoras, 06 computadores de uso administrativo e 20 do laboratório de informática; um acervo de aproximadamente 950 títulos, 30 DVDS didáticos. Mas ainda necessita de ampliação dos espaços físicos para melhor organização das atividades Escolares e otimizar a utilização destes materiais.

É importante ressaltar que a equipe de professores da Escola tem uma relação muito boa com as coordenadoras e com a direção; há uma parceria e um respeito mútuo que torna a equipe bem entrosada. A participação em encontros coletivos é massiva e todos buscam alcançar o melhor desempenho em seu cotidiano para

e elevar a aprendizagem dos alunos. Há uma busca constante pela qualidade do ensino a ser oferecido pela Escola. A equipe gestora propicia aos diversos segmentos envolvidos com o processo educativo, momentos de diálogo, com espaços abertos à reflexão coletiva, fomentando uma gestão descentralizada e democrática.

3. CURRÍCULO

O currículo é a peça fundamental nas ações cotidianas Escolares para que se alcancem todos os objetivos propostos no PPP, segundo Vasconcellos (1995, p.143 apud ZIMMERMANN), ele ...

“é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da Escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa.” É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

O Currículo da Escola Municipal Professor Paulo Freire é desenvolvido atendendo a uma Base Nacional Comum e a uma parte diversificada. Pautamos nossa Estrutura Curricular em torno da Organização do Ensino Fundamental de 09 anos dentro de uma gestão democrática e participativa e nas orientações do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

O desenvolvimento das capacidades/habilidades está em consonância com as diretrizes da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura) de Coronel Fabriciano. Define-se a partir daí a Proposta Curricular das diversas áreas do conhecimento buscando a integração/relação entre elas de forma interdisciplinar. Na base comum, os componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental são Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Literatura, Artes e Informática.

Na parte diversificada, que busca atender as especificidades locais e regionais, será oferecida como língua estrangeira moderna e informática. Oferece também atividades complementares distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade da Escola. Temas transversais são trabalhados, ao longo do ano letivo, de

forma interdisciplinar e contextualizada, através de projetos, de modo a proporcionar a construção do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a aquisição de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica consciente e responsável.

Trabalha-se sob a perspectiva da Pedagogia de Projetos, onde os temas são expostos de forma multidisciplinar, os rumos são determinados pelo coletivo, através de ampla discussão e se estabelece o processo avaliativo, ou seja, são avaliados os trabalhos realizados pelos alunos, pelo professor, o aprendizado significativo e os meios utilizados durante a execução.

O planejamento didático-pedagógico atende aos preceitos legais respeitando os direitos estabelecidos em Lei, onde é destinado aos educadores um terço da jornada de trabalho ao ato de planejar. Sendo que, deste tempo, duas horas são destinadas a estudos direcionados pelas coordenadoras e as outras quatro horas são destinadas ao planejamento das aulas e ao preparo e seleção de materiais didáticos utilizados nas aulas.

A Escola possui projetos e sequencias didáticas institucionais que são trabalhados ao longo do ano e abrem possibilidades aos professores para que eles desenvolvam ou criem outros projetos e/ou sequencias que julgarem necessários, que devem ser de forma interdisciplinar. Na conclusão realizam-se apresentações dos resultados de acordo com as datas e sob a forma decidida no coletivo. Este trabalho é desenvolvido com a finalidade de valorizar e melhorar as aulas, colocando o aluno em contato com a realidade buscando o senso crítico e estratégias que favoreçam a compreensão, facilitando e integrando o universo que os cerca.

É pautado na Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Coronel Fabriciano, Garantindo o Direito da Nossa Infância à Educação, garantindo a formação plena como sujeitos humanos.

“O sistema Escolar tem sido uma das instituições privilegiadas para essa configuração. Os estudos mostram o corpo de saberes que vão se legitimando para garantir os processos mais eficazes para o trato educativo da infância. A pedagogia, seu pensar e fazer, suas didáticas, sua organização Escolar e curricular fazem parte desse corpo de saberes. Vimos como essas reconstruções históricas revelam a função pretendida do sistema Escolar e do pensamento pedagógico” (ARROYO, 2008, p. 130).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário Escolar ordenará a distribuição dos dias de atividades previstos por lei. O ano letivo tem a duração de 200 dias letivos, com 800 (oitocentas) horas anuais. (**Ver Anexo I**). Considera-se como dia letivo aquele que envolve professores e alunos em atividades Escolares relacionadas com o processo ensino aprendizagem independente do local do local em que elas aconteçam.

A jornada de trabalho será de 04h e 15 minutos diários, incluindo recreio, qual seja, módulo aula do Ensino fundamental de 01 hora e recreio com duração de 15 minutos. Nas turmas do primeiro ano do ensino Fundamental, onde já foi implantada a Educação Integral em Tempo Integral a jornada é estendida por mais 04 horas diárias. No calendário deve conter: o início e o término do ano Escolar; o início e o término do ano letivo; os dias letivos; os dias destinados ao planejamento Escolar, capacitação dos professores, reuniões do conselho de classe, recuperação paralela, e eventos; os dias destinados às programações pedagógicas da Escola; os períodos de matrícula, férias dos professores e alunos, recessos; os dias destinados às programações cívicas e sociais, educacionais e culturais da Escola e do Município e os dias destinados para reuniões de pais.

O calendário Escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, sendo elaborado pelos profissionais da Escola e encaminhado ao NOE (Núcleo de Organização Escolar) na Secretaria de Educação, antes do início do ano Escolar para aprovação e acompanhamento das atividades nele previstas.

As aulas previstas no calendário Escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas à compensação do dia letivo e da carga horária correspondente, e comunicação imediata ao Órgão competente.

O planejamento da Escola levará em consideração as necessidades da clientela, da comunidade e as determinações legais. Os planejamentos serão elaborados pelo corpo docente, com orientação e acompanhamento do serviço pedagógico. São planejamentos semanais, realizados em grupos, de acordo com os grupos etários. Os alunos são agrupados por faixa etária, sendo respeitada a legislação vigente para idade mínima em cada ano Escolar.

5. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão da unidade Escolar será exercida legalmente pelo diretor, sob a plena observância da legislação vigente, com a cooperação dos professores e do pedagogo/coordenador pedagógico em consonância com as deliberações do Conselho Escolar.

Na ausência ou impedimento do Diretor, responderá pela direção da Escola o pedagogo/coordenador pedagógico.

A Escola, no processo de gestão democrática possui, além do gestor a presença dos membros do Conselho Escolar e do Conselho da Caixa Escolar, como forma de decisão coletiva. Todas as decisões acontecem através das assembleias e são registradas em Ata, constando a convocação, os votos e as assinaturas dos membros.

A criação do Conselho Escolar é fundamental para organizar e sistematizar o trabalho educativo. O Conselho exerce um papel relevante na gestão Escolar contribuindo para a construção e implementação do Projeto Político Pedagógico ampliando a aprendizagem das crianças e auxiliando a Escola no cumprimento de sua função social.

O Conselho Escolar da E.M. Professor Paulo Freire atua desde 2008, ano de sua criação e privilegia a cooperação, a transparência, o diálogo e a interação em todos

os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do trabalho Escolar.

A participação desse conselho se traduz em resultados concretos e, conseqüentemente, na coordenação geral das atividades educativas e a função do diretor como líder, é direcionada para a transformação da realidade vivida pela Escola. Conforme afirma Gadotti:

O Conselho de Escola, com a participação de pais, professores, alunos, membros da comunidade é o órgão mais importante de uma Escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização do trabalho na Escola, sobre o funcionamento e, inclusive, sobre a escolha da direção. (GADOTTI, 1992, p. 49)

O Conselho Escolar da Escola é constituído por representantes de pais, professores, pedagogos, membros da comunidade Escolar e local e a diretora.

As contribuições político-pedagógicas resultam de ações do Conselho Escolar de como melhorar: o nível de leitura, as avaliações desenvolvidas pela Escola, a sua própria avaliação, as condições físicas, materiais pedagógicos, o trabalho docente e o desempenho dos alunos.

Muitas ações planejadas foram alcançadas, tais como: participação no processo da eleição para escolha do Diretor e acompanhamento na execução do calendário Escolar, no que se refere ao cumprimento do número de dias letivos e a carga horária prevista.

O grande desafio é garantir a participação efetiva de todos os envolvidos nas decisões mais importantes que acontecem na Escola.

A Escola tem procurado abrir espaço nas reuniões que acontecem todos os meses, para que os envolvidos tenham conhecimento de onde se originam os recursos, como podem ser aplicados e como estes poderão trazer benefícios para os envolvidos no processo de aprendizagem. Às vezes, alguns participantes só observam o resultado final e deixam de se envolver nas discussões que são fundamentais para melhorias, não só em relação à rede física, mas indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

As decisões são tomadas no coletivo, de forma democrática e participativa, através de reuniões pedagógicas, ou reuniões de conselho, onde o colegiado tem liberdade e autonomia para discutir e deliberar com soberania sobre as propostas, que serão acatadas pelo grupo, após chegadas a consenso.

As reuniões do Conselho Escolar são trimestrais, realizadas na própria Escola, os membros são convocados com 72 horas de antecedência pelo diretor presidente do Conselho, através de convocação por escrito. Os assuntos a serem discutidos são apresentados em pauta, discutidos e aprovados ou não, após o que são lavrados em ata, que é assinada pelos membros do Conselho ao final da reunião.

A escolha do diretor é feita através de processo eletivo com a participação da comunidade Escolar e representante de pais de alunos cadastrados para votar, seguindo a determinação das normas e orientação da (SMEC) Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O processo coletivo de avaliação dos serviços Escolares é realizado nas reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamento semanal e avaliações de desempenho dos servidores. Havendo necessidade de urgência é convocada uma reunião de emergência para a comissão avaliar.

Prevalecem atitudes descentralizadoras, com grande participação e envolvimento de toda equipe Escolar, atuando com foco nas relações humanas, para garantir boas condições e bom ambiente de trabalho.

O Diretor eleito pela Comunidade Escolar é nomeado pelo Prefeito Municipal, em conformidade com a Proposta Político-Pedagógica da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na Escola para que se cumpram os objetivos propostos são pautadas na ética e no respeito às diferenças. Existem regras de convivência,

construídas juntamente com os professores e demais funcionários no momento de elaboração do PPP. Entretanto, estas são revistas sempre que necessário, principalmente no início do ano quando são recebidas pessoas novas no grupo, quando é necessário esclarecer que não se admite discriminação ou usar de violência simbólica, bem como agredir física ou verbalmente qualquer membro da comunidade Escolar e que é inadmissível expor colega de trabalho em situação constrangedora.

A relação de trabalho é pautada nos princípios de solidariedade responsabilidade, postura ética, seguindo as normas internas do local de trabalho e a legislação vigente.

Cabe à Equipe Gestora dirigir a Escola pedagógica e administrativamente, cumprindo e fazendo cumprir as leis. Desta forma, o diretor deverá responder pelo cumprimento, no âmbito da Escola, das leis, regulamentos e determinações, bem como dos prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pelas autoridades competentes. O diretor é o representante legal da Instituição junto aos Órgãos competentes e como gestor, prestará contas à Entidade Mantenedora de todas as ações desenvolvidas, competindo a ele: representar o Estabelecimento, responsabilizando-se por seu funcionamento, perante os órgãos e entidades de ensino do Poder Público. Nesse sentido concordamos com Lucchesi (1997, p. 233-4), ao afirmar que “o diretor é um importante profissional nesse contexto.”

Para que as relações de trabalho sejam favoráveis, algumas normas de convivência foram acordadas: todos os membros da comunidade escolar devem ser pontuais e assíduos às atividades requeridas pela Escola, ao início e término de sua jornada de trabalho e às atividades promovidas, conservação e limpeza do prédio, dos móveis e utensílios, dos materiais e equipamentos da Instituição; colaborar na disciplina dos alunos nos corredores, recreio e na entrada e saída das aulas, comparecer às reuniões a que for convocado, trabalhar em comum acordo com os demais funcionários e com a Equipe Gestora da Escola, contribuindo no desempenho das funções e objetivos do Estabelecimento; comunicar à Direção do Estabelecimento qualquer incidente ocorrido na Escola durante sua jornada de trabalho e zelar pela

conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu local de trabalho.

A organização do trabalho pedagógico é composta por um técnico de nível superior e um coordenador pedagógico que deverão trabalhar de forma integrada promovendo a articulação entre os demais serviços em busca da qualidade do ensino-aprendizagem, com observância dos dispositivos constitucionais, LDBEN nº 9394/96 e da legislação do Sistema Municipal de Ensino de Coronel Fabriciano. O serviço de coordenação pedagógica tem por objetivo orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos professores e o desempenho dos alunos nos planos afetivo, psicológico, social e intelectual.

O serviço pedagógico é desenvolvido de acordo com a legislação vigente, por profissional legalmente habilitado. A coordenação pedagógica é um processo dinamizador do crescimento pessoal do educando e coordenador das atividades docentes, cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

O exercício de opinar, argumentar e ouvir são práticas permanentes na Escola Municipal Paulo Freire. Nas situações de conflito são utilizadas a discussão e a reflexão sobre a prática pedagógica. Nestas situações são utilizados canais dinâmicos de comunicação com as famílias por bilhetes, telefones, visitas, acompanhamento de problemas familiares, saúde física e emocional de nossos alunos.

As relações de conflitos entre as crianças são resolvidas através do diálogo entre os envolvidos, levando-as, através da discussão, a perceberem que o conflito será resolvido entre elas, através de um pedindo desculpas; conforme a gravidade do caso, os responsáveis são chamados para ficarem cientes da situação e o fato será registrado em ata e relatório e arquivado na pasta do aluno.

Quando o conflito acontece entre crianças e adultos ou entre adultos e adultos, o procedimento é o mesmo: há conversas individuais com os envolvidos, registro em ata do fato ocorrido e conforme o caso será feito um encaminhamento para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura, para que sejam tomadas as devidas providências.

7. AVALIAÇÃO

Acredita-se que a Avaliação é um dos instrumentos fundamentais da prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem tanto para o aluno quanto para os educadores. Destaca-se para o aluno na sua vida e no seu processo de Escolarização, pois define a permanência e a continuidade de seu desenvolvimento na Escola. Através da avaliação o aluno terá possibilidade de compreender seu processo de aprendizagem e consciência de seu desenvolvimento, tanto intelectual como social, afetivo, político e moral.

A avaliação nos possibilita a análise reflexiva dos avanços e dificuldades dos educandos. Através deste instrumento, a equipe da Escola poderá rever, intervir e redefinir sua prática pedagógica. A avaliação assumirá um caráter inclusivo, trazendo ao aluno a confiança em si e o estimulará a avançar sempre, com gosto e prazer pelos estudos.

O processo de aprendizagem deve estar enquadrado numa nova concepção e deve considerar a descrição dos avanços e dificuldades do educando nos seguintes processos: observação, avaliações, debates, autoavaliação e trabalhos em grupo. A avaliação será processual e contínua, buscando auxiliar a implementação do projeto pedagógico no seu dia-a-dia e ao longo do ano, estimulando a sua execução por meio de ações práticas e possibilitando a tomada de decisões.

Os educadores desta Instituição de ensino acreditam que não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de avaliar a totalidade do desenvolvimento de aprendizagem do aluno, mediante as limitações que cada instrumento avaliativo apresenta, fazendo-se necessário adotar instrumentos diversos e alternativos para que a avaliação seja verdadeira e legítima. Concordamos com Luckesi (1999, p.43) quando ele afirma que “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.

A avaliação deve ser elaborada em forma de síntese sobre os avanços e as dificuldades do aluno, baseando-se em sua participação em sala de aula. “O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus

avanços e dificuldades”. Cabe ao professor desafiá-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos. (Luckesi, 1999).

É responsabilidade do professor informar constantemente à equipe gestora e pedagógica sobre os avanços e dificuldades do aluno em todas as etapas do período letivo sem esperar pelas datas definidas em calendário pela equipe gestora para o fechamento das etapas.

Todas as práticas pedagógicas da Escola são baseadas nos Parâmetros Curriculares. Os instrumentos de avaliação tem sido essenciais como ponto de partida dos educadores para que as dimensões ou eixos do conhecimento sejam alcançados com exatidão. Tendo em vista tal amplitude, os critérios de avaliação são utilizados a serviço da aprendizagem dos alunos.

A Escola também deverá ser avaliada, enquanto instituição, por todos os membros da comunidade escolar, inclusive pelos pais e pelos próprios alunos, através de um instrumental apropriado a cada segmento.

Em síntese, como afirma Perrenoud (1999 p. 165,) “O importante não ‘é fazer como se’ cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para acontecer de fato, a educação real e de qualidade, aquela que alcança o ser humano em sua plenitude, necessário se faz, que sejam implementadas condições, sejam elas físicas, administrativas e pedagógicas. No interior do estabelecimento de ensino, convivem e interagem seres humanos, que vivem tempos de vida diversos, tem interesses diferentes e uma história personalíssima.

Neste meio, de características tão heterogêneas, é tarefa árdua de administrar e arregimentar todo este corpo, em torno de um objetivo comum. Entra aí, o grande desafio do gestor, porque a gestão não se faz e não se estabelece isoladamente; ela caminha passo a passo, fortalecendo-se com participação de todos os envolvidos na enorme tarefa que é a formação do indivíduo, capaz de interagir no seu meio e bem assim ter ciência e poder sobre seus atos e direitos.

O Projeto Político Pedagógico da Escola inclui todas as práticas e processos referentes à clientela a qual ela atende. O gestor da Escola, juntamente com a comunidade Escolar, deverá abrir espaços de reflexão contínuos sobre a prática pedagógica e acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos nele propostos.

O que se espera da Comunidade Escolar é que ela atue junto ao gestor, avaliando de maneira geral os trabalhos desenvolvidos pela instituição e apoiando as tomadas de decisão colocadas em prática, com atuação coerente, autônoma e participativa, após a discussão, reflexão e tomada de decisão. Para que esse processo se realize de forma satisfatória é importante que o gestor seja comprometido com a democracia dentro e fora da Escola.

Sendo o PPP um instrumento que apresenta as necessidades e revela a postura dos profissionais da Instituição como um todo, deve-se exigir desses profissionais uma constante reavaliação, diante do cotidiano que a Escola enfrenta diariamente, a fim de verificar até que ponto o documento está sendo coerente com a realidade. O PPP deve possuir a característica do dinamismo, da flexibilidade. É ele que de adaptar-

se, sempre que necessário, diante do surgimento de novas situações, novo contexto, novas demandas. O proposto só se efetivará, se houver por parte da gestão democrática, um gestor que coordene a efetiva integração da comunidade escolar, na perspectiva de estabelecer uma prática de reflexão permanente da realidade da Escola.

A tarefa não é fácil. Entretanto é preciso que todos que fazem parte da comunidade Escolar participem junto ao gestor, fortalecendo-o para que tenha condições de propor e executar melhorias de uma forma geral dentro da Escola. Buscar a construção de uma Escola autônoma e democrática é tarefa de todos os envolvidos com a educação. É necessário abrir espaço para o diálogo, para a participação e valorização dos profissionais através da competência, da vontade de realizar uma educação de qualidade em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas trajetórias e tempos de aluno e mestres**. Petrópolis: Vozes 2004 (4ª edição).
- ARROYO, Miguel G. **A infância interroga a pedagogia**. In: SARMENTO, Manuel. 2008, p.130.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GADOTTI, M. 1992. **Escola Cidadã: uma aula sobre a autonomia da Escola**. São Paulo, Cortez, 140 p.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, Brasil, 1996.
- LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUCKESI. C.C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola, 2010**. Disponível em moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 14 de março de 2013.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais.
- CORONEL FABRICIANO, MG. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire 2013**.
- CORONEL FABRICIANO, MG. Secretaria Municipal de Educação e Cultura e cultura. **Coletânea de Leis 2006 – 2011**.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: **Caminho para uma Escola Cidadã mais bela, prazerosa e aprendente** <!--[if !supportFootnotes]-->: Paulo Roberto Padilha
<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14365&chapterid=11171>
- SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) **Níveis de planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov/UFMG. Acesso em 03 de março de 2013.
- VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertat, 1995 em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm> acesso em 21 de agosto de 2014.

ANEXOS

ANEXO I



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E CULTURA
CALENDÁRIO ESCOLAR – 2014

UNIDADE ESCOLAR: E.M. Prof. Paulo Freire

CALENDARIO ESCOLAR 2014

MODALIDADE: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

DL: 00 JANEIRO DE: 00							DL: 19 FEVEREIRO DE: 03							DL: 18 MARÇO DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			01♣	02♥	03♥	04♥							01							01
05♥	06♥	07♥	08♥	09♥	10♥	11♥	02	03▲{	04○•	05	06	07	08	02	03♥	04♣	05♥	06	07	08
12♥	13♥	14♥	15♥	16♥	17♥	18♥	09	10♫	11	12	13	14	15	09	10	11	12	13	14	15
19♥	20♥	21♥	22♥	23♥	24♥	25♥	16	17	18	19	20£	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26♥	27♥	28♥	29♥	30♥	31♥		23	24	25	26€	27	28		23	24	25	26€	27	28	29
														30	31					
01 – Confraternização Universal														04 – Carnaval						
DL: 19 ABRIL DE: 01							DL: 21 MAIO DE: 01							DL: 11 JUNHO DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		01	02	03	04	05					01♣	02♥	03	01	02	03	04	05	06	07 L
06	07	08	09	10	11	12	04	05	06	07	08	09	10 L	08	09	10	11	12	13 ○	14
13	14	15	16	17♥	18♣	19	11	12 ♦	13 ♦	14 ♦	15•	16	17	15	16♥	17♥	18♥	19♥	20♥	21
20	21♣	22	23 €	24 ♥	25♥	26	18	19	20	21 €	22£	23	24	22	23♥	24♥	25♥	26♥	27♥	28
27	28 ♥	29 ♥	30♥				25	26	27	28	29	30	31	29	30♥					
18 – Paixão de Cristo							01 – Dia do Trabalho							19 – Corpus Christi						
21 – Tiradentes																				
DL: 19 JULHO DE: 01							DL: 21 AGOSTO DE: 01							DL: 22 SETEMBRO DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		01♥	02♥	03♥	04♥	05						01	02		01	02	03	04	05€	06
06	07○	08	09	10	11	12	03	04	05	06	07	08	09	07•F	08♥	09♦	10 ♦	11 ♦	12	13
13	14	15	16 €	17	18	19	10	11	12	13 €	14	15 ♣	16	14	15	16	17	18	19	20
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23 L	21	22	23	24	25	26	27
27	28	29	30	31			24	25 ♥	26 ♥	27 ♥	28 ♥	29 ♥	30	28	29	30				
							31							07 – Independência do Brasil						

DL: 19							DL: 20							DL: 11												
OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO												
DE: 01							DE: 01							DE: 01												
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S						
			01€	02	03£	04							01		01	02	03	04	05	06						
05	06	07	08	09	10	11 L	02♣	03	04	05	06	07	08	07	08 ♦	09 ♦	10 €♦	11	12	13						
12♣	13¶	14¶	15¶	16¶	17¶	18	09	10	11	12€	13	14	15♣	14	15 o•£	16 Ř	17Ř	18 Ř	19Ř{	20						
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20☀	21	22	21	22¶	23¶	24¶	25♣	26¶	27¶						
26	27	28	29	30	31		23	24 § ♥	25§ ♥	26§ ♥	27§ ♥	28§ ♥	29	28¶	29¶	30¶	31¶									
							30																			
12 – Nossa Senhora Aparecida							02 – Finados							25 – Natal												
15 – Proclamação da República																										
LEGENDA																										
{ Início e término do Ano Escolar ○ Início e término do Semestre Letivo ☀ Consciência Negra ♣ Feriado						• Início de Etapa £ Reunião de Pais ♦ Recuperação da Etapa						F Feriado Letivo Ř Estudos de Recuperação Final ♥ Avaliações globalizantes						♪ Aula Inaugural L Sábado Letivo ¶ Férias/Recesso ▲ Reunião Administrativa						§ Renovação de Matrícula € Encontro Coletivo / Conselho de classe (Extra – turno)		

QUADRO DEMONSTRATIVO DE SEMANAS 2014
MODALIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

MÊS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	Sábados Letivos	Dias Escolares	TOTAL
JANEIRO	00	00	00	00	00	00	00	00
FEVEREIRO	03	04	04	04	04	00	03	19
MARÇO	04	03	03	04	04	00	01	18
ABRIL	03	05	05	03	03	00	01	19
MAIO	04	04	04	04	04	01	01	21
JUNHO	02	02	02	02	02	01	00	11
JULHO	04	04	04	04	03	00	01	19
AGOSTO	04	04	04	04	04	01	01	21
SETEMBRO	04	05	04	04	04	01	01	22
OUTUBRO	03	03	04	04	04	01	01	19
NOVEMBRO	04	04	04	04	04	00	01	20
DEZEMBRO	03	02	02	02	02	00	01	11
TOTAL	38	40	40	39	38	05	12	200

Observações: Dia: 10/05 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 2ª feira
 Dia: 07/06 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 2ª feira.
 Dia: 23/08 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 5ª feira
 Dia: 07/09 – Feriado Letivo, funcionará com horário de 6ª feira.
 Dia: 25/10 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 6ª feira

QUADRO DEMONSTRATIVO

 Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)

ATENÇÃO!

1 – Os dias destinados a Recuperação final serão para os alunos com aproveitamento insuficiente com a obrigatoriedade da frequência de todos os servidores da Escola.

2 – **Poderão ser moveis a critério da Escola, os sábados letivos:**

10/05 – Festa da Família

07/06 – Festa Junina

23/08 – Dia do Folclore

25/10 – Mostra da Educação Integral

Semestre	Dias Letivos	Dias Escolares
1º Semestre	88	06
2º Semestre	112	06
Total	200	12

ETAPAS

1ª ► 04/02 a 14/05 = 67 dias

2ª ► 15/05 a 05/09 = 67 dias

3ª ► 07/09 a 15/12 = 66 dias

TOTAL: 200 DIAS

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2014

<u>Janeiro</u> - Letivos: 00 dias Escolares: 00 01 – Feriado 02 a 31 - Férias <u>Fevereiro</u> – Letivos: 19 dias Escolares: 02 03 – Início do Ano Escolar/Reunião Administrativa. 04 – Início do Semestre Letivo e Início de Etapa. 10 – Aula Inaugural – (extra turno) móvel 26 – Encontro Coletivo – (extra – turno). 20 – Reunião de Pais. <u>Março</u> – Letivos: 18 dias Escolar: 01 03 e 05 – Recesso 04 – Feriado / Carnaval 26 – Encontro Coletivo – (extra turno) <u>Abril</u> – Letivos: 19 dias Escolar: 01 17 – Recesso 18 – Feriado – Paixão de Cristo 21 – Feriado - Tiradentes 23 – Encontro Coletivo – (extra turno) 24 a 30 – Avaliações Globalizantes	<u>Julho</u> – Letivos: 19 dias Escolares: 01 01 a 04 – Recesso 07 – Início do 2º Semestre Letivo 15 – Encontro Coletivo – (extra turno) <u>Agosto</u> – Letivos: 21 dias Escolar: 01 13 – Encontro Coletivo – (Extra-turno) 15 – Feriado 23 – Sábado Letivo (Festival de Folclore) 25 a 29 – Avaliações Globalizantes <u>Setembro</u> – Letivos: 22 dias Escolar: 01 05 – Encontro Coletivo – (extra turno) 07 – Feriado letivo 08 – Recesso 09 a 11 – Recuperação de Etapa 07 – Início da 3ª etapa <u>Outubro</u> – Letivos: 19 dias Escolar: 01 01 – Encontro Coletivo – (extra turno) 03 – Reunião de Pais 12 – Feriado 13 a 17 – Recesso 11 – Sábado Letivo (Mostra da Educação Integral) <u>Novembro</u> – Letivos: 20 dias Escolar: 01
---	---

<u>Maio</u> – Letivos: 20 dias Escolar: 01 01 – Feriado 02 – Recesso 10 – Sábado Letivo (Festa da Família) 12 a 14 – Recuperação de Etapa 15 – Início da 2ª Etapa 21 – Encontro Coletivo – (extra turno) 22 – Reunião de Pais <u>Junho</u> – Letivos: 11 dias Escolar: 0 07 – Sábado Letivo (Festa Junina) 13 – Término do Semestre letivo 16 a 30 – Recesso	02 e 15 – Feriado. 12 – Encontro Coletivo – (extra turno) 20 – Consciência Negra. 24 a 28 – Renovação de matrícula <u>Dezembro</u> – Letivos: 11 dias Escolares: 01 08 a 10 – Recuperação de Etapa 10 – Encontro Coletivo – (extra turno) 12 – Reunião de Pais 15 – Encerramento da 3ª etapa e do Ano Letivo. 16 a 19 – Estudos de Recuperação Final 19 – Encerramento do Ano Escolar 22 a 31 – Recesso
---	--